

O sindicalismo em 2013: entre a rua, a greve e o gabinete

Alexandre Marinho Pimenta

Introdução

Segundo Ruy Braga (2017), uma das chaves para se compreender 2013 no Brasil é a relação ambígua e paradoxal entre o petismo e as classes populares. Diferentemente das interpretações que focam numa possível intervenção estrangeira e/ou no papel das classes médias e burguesias na desestabilização do petismo, tal olhar mais crítico sobre o período petista visa ponderar o acúmulo de descontentamento nas camadas populares nesse momento histórico. Assim, seria possível verificar que as contradições do petismo criaram o ambiente necessário para uma previsível uma onda de protestos dessa base social, mais ou menos diversa e inorgânica como foi 2013.

Nesse sentido, a pretensão aqui é contribuir para a análise sociopolítica dos eventos de 2013 realizando um deslocamento do foco nas gigantescas manifestações de rua em mais de 300 municípios (SINGER, 2013) para o movimento sindical daquele ano, entendendo esse movimento como ainda um dos principais instrumentos organizativos e reivindicatórios das classes populares.

Esse objetivo nos obriga a realizar um esforço prévio, que é situar o movimento sindical brasileiro contemporâneo dentro do momento recente do capitalismo, assim como do arranjo governamental petista. Isso porque, não só as mutações a nível global do capitalismo afetam demasiadamente o trabalho e o sindicalismo, a ponto de algumas correntes teóricas e políticas questionarem a centralidade e efetividade dessa esfera social, mas também a ascensão do PT ao governo central do país reconfigurou as relações entre sindicalismo e Estado. Lembremos que a principal e maior central sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), possui origens em comum e forte relação político-ideológica com o PT. O próprio ex-presidente Lula foi liderança de ambas as organizações.

Ou seja, analisar o movimento sindical brasileiro de 2013 pressupõe analisar como tal movimento articula as dimensões das ruas (entendidas como protesto de oposição ao governo, em expansão no período), das greves (entendidas como repertório clássico e fundamental do ativismo trabalhista) e dos gabinetes (entendidas como espaços institucionalizados de interlocução e participação no poder, abertos no petismo). Uma tríade complexa, certamente, que

desafiou o movimento em questão a lidar com contradições internas, com suas bases e, por fim, com o governo apoiado pela maioria do sindicalismo brasileiro à época. Como se articulou concomitantes contestações e sustentação ao governo, frente ao levante popular e galopante perda de popularidade? Como atuaram bases e direções? São alguns dos questionamentos possíveis nesse cenário. A nosso ver, entender como o movimento lidou com essas dimensões e quais saldos políticos se retiraram destas, explicaria, em grande parte, a prática sindical do ano em questão.

Os principais dados sindicais utilizados serão os compilados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Além disso, faz-se necessário ainda lançar um olhar mais amplo sobre as especificidades e atualidade do sindicalismo, a nível bem geral, e sobre o trabalho e sua postura política no Brasil nos anos que circundam 2013 na literatura especializada.

O ainda vivo movimento sindical

Apesar de uma longa polêmica em torno da centralidade ou não da categoria trabalho como eixo explicativo das sociedades contemporâneas, o fato é que esta persiste como fator pertinente frente à realidade sociopolítica global, cujas questões do emprego, desemprego, jornada e intensidade laborais, dentre outras, continuam a possuir forte impacto nas sociabilidades e construções de identidades (STANDING, 2013; SILVER, 2005).

Assim como é impreciso falar de uma dispensabilidade, ou mesmo desgaste, da categoria trabalho no mundo atual, falar de uma impertinência dos conflitos capital-trabalho, ou seja, os que fundamentam a ação sindical, é por demais errôneo. O advento dos novos movimentos sociais e suas agendas culturais (ALONSO, 2009) e a falência dos regimes socialistas não eliminaram os conflitos nas dimensões produtiva/distributiva das sociedades contemporâneas; nem a possibilidade de articulação entre as novas e "velhas" agendas.

Silver (2005 p. 12) entende que não só tais conflitos capital-trabalho ocorrem em escala mundial, como também através de ciclos e recorrências temporais/espaciais, atentando para o modelo dinâmico de tal fenômeno. Boito Júnior (2003), por sua vez, sugere que tais conflitos existem na forma de fluxos e refluxos, a depender das condições político-culturais e de temporalidades próprias aos movimentos em questão.

De fato, as mudanças no mundo do trabalho nas últimas décadas, denominadas de pós-fordismo, têm impactado, negativamente em vários sentidos, o sindicalismo a nível global, o que

justifica em parte a proliferação de autores que advogam sua crise, ou mesmo seu declínio ou fim irreversível (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010). O advento da globalização e a ideologia do *Big Market* é um complexo evento em que se somam várias dessas respostas do capital a suas crises e oposições trabalhistas nos últimos anos e traz, de uma forma geral, automação, alta mobilidade de capitais (inclusive entre esferas produtivas e financeiras), privatizações, e a construção de um mercado de trabalho cada vez mais uniformizado e competitivo. O que gera, conseqüentemente, uma menor autonomia das empresas locais, dos estados-nação e uma maior competição entre os trabalhadores. Ou seja, a perda do poder de barganha destes e de seus sindicatos e organizações, além da queda na taxa de sindicalização e erosão de uma identidade trabalhista (SILVER, 2005; BRUNHOFF, 1991; HOBBSAWN, 2008; CHAISON, 2014; VANDERNBERGHE, 2014).

Na América Latina, sobretudo antes do ciclo de governos progressistas e suas recentes crises, as mudanças macro no modelo de desenvolvimento (abertura comercial e privatizações) e do mercado de trabalho (desregulamentação e subcontratação), a partir dos anos 1980, também debilitaram o sindicalismo da região e puseram a este novos desafios (ZAPATA, 1991, 2003). Realidades têm retornado com força, diga-se de passagem.

Resume, Ruy Braga (2017, p. 27):

A crescente deterioração da relação salarial fordista, bem como o aumento do desemprego em vários países e regiões, promoveu o crescimento da informalidade laboral, que afasta trabalhadores da proteção trabalhista, além de intensificar a rotatividade e estimular a intermitência do trabalho. O aumento do investimento externo direto na semiperiferia da economia mundial nas últimas três décadas foi marcante, e as corporações transnacionais aprofundaram a estratégia da terceirização empresarial com a conseqüente realocação da produção para os chamados *greenfields*, isto é, regiões com pouca ou nenhuma tradição organizativa sindical. Assim, as negociações coletivas foram se tornando cada vez mais descentralizadas, e os contratos de trabalho, cada vez mais precários e individualizados.

O pós-fordismo traz ao trabalho efeitos perversos de flexibilidade e precariedade, levando ao limite de alguns autores identificarem um fenecimento da relação de assalariamento, e por isso da classe trabalhadora em si (STANDING, 2013), entendida como relação que envolve certo nível de seguridade. Nesse âmbito, questões emergentes como a uberização e pejotização do trabalho, o advento do *gigariat* ou do precariado tem circulado entre os especialistas da área. No entanto, Braga e Santana (2015, p. 536) lembram que o processo de mercantilização da força de trabalho, desde seu início, foi marcado pela precariedade. Esse elemento constitutivo volta e

meia não é considerado por teorias europeias que tomam o fordismo como relação de assalariamento exemplar, desconsiderando os padrões históricos do Sul global (NESS, 2016).

Tais efeitos e realidades “negativas”, do ponto de vista sindical, possuem outro lado, entretanto, indicando que não se trata de uma crise terminal. Uma gama de recentes eventos pelo mundo tem exigido das pesquisas na área a não cair na posição de anúncio de uma crise terminal. A última onda de greves operárias na China (REN; LI; FRIEDMAN, 2016), a greve geral indiana em 2016, no Sul global (NESS, 2016), a recente greve por redução de jornada de trabalho alemã, ou o advento de mobilizações de trabalhadores de aplicativos (Uber, Deliveroo etc.), ditos como “inorganizáveis” e ainda em maturação organizacional, no Norte global (FRYMORGEN, 2016), são eventos que abrem espaço para um debate sobre a revitalização sindical (GALVÃO, 2014), por exemplo. Assim, um variado conjunto de autores tem focado nas novas formas de ativismo trabalhista, condicionadas pelo cenário pós-fordista e, mais recentemente, de pós-crise econômica mundial.

O trabalho no petismo

O Brasil, inclusive, é um exemplo vivo de como o movimento sindical ainda possui centralidade analítica e política nas últimas décadas. O PT, cuja origem está no movimento popular e sindical do período de redemocratização do país, foi do governo central com Lula (2003-2010) e depois Dilma (2011-2016).

A passagem do Novo Sindicalismo do fim da ditadura, cuja CUT é a maior representante, pelos anos 1990, a "década neoliberal" (CARDOSO, 2003), foi muito negativa em vários aspectos. Privatizações e reestruturações, postura anti-sindical dos governos, informalização do mercado de trabalho, tornaram o ambiente hostil ao movimento sindical, mesmo em contexto de volta da democracia e nova Constituição (VERÁS, 2016). Diz Marcelino (2017, p. 203) que:

A década de 1990 foi, no Brasil, a década das derrotas dos candidatos considerados de esquerda nas eleições presidenciais (Lula, ligado ao sindicalismo; Brizola, ligado ao trabalhismo), da difusão ampla da ideologia neoliberal, do aumento do desemprego, do controle ortodoxo da inflação e da implantação da reestruturação produtiva em muitos setores. Todos esses elementos econômicos, políticos e ideológicos da década de 1990 podem ter concorrido, de maneiras diversas e dependendo de cada ramo e setor, para o refluxo da atividade sindical.

A via eleitoral e a atuação institucional das esferas municipais até as federais foram paulatinamente reforçadas (RAMALHO; RODRIGUES, 2010), e a vitória de Lula para a Presidência, ex-sindicalista e nome máximo do Novo Sindicalismo, agora bem mais moderado, levou a ala hegemônica do movimento sindical para o centro do poder sob a égide da coalizão lulista.

O movimento sindical consolidou-se como agente de permanente participação política institucional, presente na discussão e elaboração de políticas governamentais e de Estado (BOITO JÚNIOR, GALVÃO, MARCELINO, 2015). A presença da CUT desde o início do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado por Lula em 2003 e um dos principais dispositivos de interlocução com a sociedade civil do período, não pode ser entendido como mero simbolismo. A gestão pública e o aparelho do Estado, no petismo, foram permeados e permeáveis pelo sindicalismo (e outros movimentos sociais), cada vez mais institucionalizado e integrado à máquina estatal. As centrais sindicais passam inclusive a receber parte do imposto sindical, cujo financiamento supera a de muitos partidos nacionais, revitalizando a noção de sindicalismo de Estado.

Todavia, é o próprio “Conselhão” e espaços similares que se multiplicaram no petismo (DAGNINO, TEIXEIRA, 2014), cujos integrantes iam de grandes empresários até militantes populares, que pode ser tomado como alegoria do petismo. Isso porque, a chegada do PT ao poder ocorreu após uma virada pragmática e a construção de uma base aliada bastante heterogênea. Tais elementos tornam o chamado petismo um complexo fenômeno com diversas interpretações e denominações que não aprofundaremos aqui e ainda é alvo de polêmicas na literatura.

Economicamente, o período petista conviveu, durante anos, com uma conjuntura extremamente favorável, tendo em vista o chamado superciclo das *commodities*. Sob essa base, sobretudo no seu período “glorioso”, com os governos de Lula (2003-2010), conseguiu-se ampliar políticas sociais focalizadas e gastos públicos com concomitante fomento ao mercado de trabalho formal, aumento real do salário mínimo e ao crédito facilitado. Como resultado, ampliou-se o mercado interno e o consumo das famílias, evento que em um país de histórico e estrutura brutalmente desigual, possuiu um significado social e político significativo (POCHMANN, 2014; BOITO JÚNIOR, 2017). A queda da pobreza extrema merece o maior destaque nesse aspecto.

Especificamente sobre as mudanças no mercado de trabalho, Mattos (2015) e outros autores apontam avanços importantes, como a reversão da informalização, queda expressiva da taxa de desemprego e aumento da renda real do trabalho. Carleial (2015) fala de uma "revolução no mercado de trabalho". Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho (MT), o país teve geração líquida de postos formais de trabalho durante todo o período, até a chegada da recessão aberta em 2015-2016. A taxa média de desemprego anual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caiu pela metade, também até antes da recessão.

Mas o arranjo petista apresentava graves e profundas contradições. Um enfoque mais crítico do período chama atenção, por exemplo, para o centro dinâmico dessas mudanças no mercado de trabalho, no qual seriam empregos precários e/ou terceirizados, com alta taxa de rotatividade e baixos salários (BRAGA, 2014). As últimas pesquisas também questionarem o impacto real em tal estrutura desigual, ao menos no nível da renda (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015).

No campo sindical, milhares de sindicatos de trabalhadores foram criados e hoje o número de entidades passam de 10 mil. As centrais sindicais se multiplicaram. As greves foram retomadas e, apesar de menos políticas, muitas delas foram ofensivas e com ganhos reais para os trabalhadores (BOITO JÚNIOR, MARCELINO, 2010; BOITO JÚNIOR, GALVÃO, MARCELINO, 2015), em contraste com a década neoliberal. Todavia, mesmo com resultados tão positivos, indicando grande eficácia e expansão institucional numérica, a literatura indica que o movimento sindical fruto do petismo encerrou-se numa posição paradoxal (CARDOSO, 2015; VERÁS, 2016). A ampliação de números de sindicatos/centrais foi acompanhada por um esvaziamento dos mesmos. As instituições que cresceram, e não a quantidade de trabalhadores nelas, uma espécie de crise de representatividade. A taxa de sindicalização, após uma leve subida no início dos anos 2000, chegando a 21%, teve uma forte queda após 2006, e encerrou o petismo no patamar de 16% (CARDOSO, 2015), um patamar mediano se comparado aos dados globais.

O distanciamento do movimento sindical das bases é concomitante à aproximação com o Estado/Governo, também problemático. Os sindicatos no Brasil se tornarem, no ciclo petista, cada vez mais um setor cristalizado na máquina estatal, sobretudo através da maior central sindical, a CUT, e sem inserção de fato nas massas trabalhadoras¹. Não é à toa que uma longa

¹ A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização - 2015, mostrou que desconhecer qual sindicato o representa, não saber como se associar ou não se sentir representado/acreditar no sindicato representam os motivos de 54,8% dos não sindicalizados ocupados, de 16 anos

literatura trata do "transformismo" da figura do sindicalista, que se tornou em algo mais próximo de um novo tipo de empresário e/ou burocrata, participando de cargos governamentais, fóruns tripartites (como o FNT), conferências ou gerindo poderosos fundos de pensão centrais para a dinâmica capitalista do país (OLIVEIRA, 2013, p. 146; SOARES, 2013; ANTUNES, SANTANA, 2014, p. 18; BRAGA, 2017, p. 105).

Sua fragmentação não significou capilaridade nem acúmulo de forças autônomas, mesmo com significativa presença de lutas sociais. Boito Júnior, Galvão e Marcelino (2009, p. 36) afirmam que no Brasil houve uma “acomodação política do movimento operário e popular” na década de 2000, com forte cooptação das direções dos movimentos. Em recente artigo dos mesmos autores, desta vez analisando o período de 2003 até 2013, o diagnóstico continua (BOITO JÚNIOR, GALVÃO, MARCELINO, 2015). Para Antunes e Silva (2015) ocorreu uma profunda mutação de um sindicalismo de confronto, (re)inaugurado pelo Novo Sindicalismo, para um sindicalismo meramente negocial, propositivo, enfatizando mais a conciliação que o conflito.

Cardoso (2015, p. 506) aponta uma oligarquização no movimento: os sindicatos teriam se acomodado com o imposto sindical, não buscado renovação e fontes de financiamento e ajudas voluntárias, centrando-se na disputa de cúpula, inclusive estimulando a fragmentação institucional. “As baixas taxas de filiação são [inclusive] a forma mais segura de controlar as eleições, ou de restringi-las a eleitores confiáveis, com isso reduzindo o risco de perda das entidades, cujo controle garante acesso ao imposto sindical”. Para Soares (2016), no mesmo sentido, houve uma diminuição da participação de setores e tendências minoritários mais radicais no movimento e estrutura sindical, aumentando assim a burocratização e hierarquização do mesmo, cuja consequência foi o “distanciamento entre sindicalistas e suas bases”, onde “o poder de decisão tornou-se (ainda) mais concentrado e as ações sindicais se assentaram mais no funcionamento da máquina sindical do que na dinamização das bases.” (2016, p. 513-514).

A articulação da "tríade" em 2013

O petismo trouxe, no geral, um ciclo de consideráveis ganhos trabalhistas e sindicais, mesmo sob o signo da ambivalência, aliado à manutenção de lucratividades de diversos setores do capital, que se recuperou rapidamente da crise mundial de 2008, e concomitante

ou mais, para a não associação. Receio de represália é o motivo com menos representação. Levando em conta que a taxa de não sindicalização desse universo é de 80,9%, vê-se a dimensão do distanciamento e a descrença dos sindicatos das suas bases no atual período.

oligarquização e burocratização do movimento. Sob essa complexa posição que o movimento sindical chegou em 2013. Como estava o petismo no período? E o que dizem os principais dados e eventos sindicais?

O superciclo das *commodities*, base do modelo econômica do petismo, começa a se desfazer em 2011, sob o primeiro governo Dilma.

O governo Dilma desde 2011 sofre as consequências da mudança do cenário internacional, marcado pela redução do crescimento dos países emergentes, notadamente China e Índia, a crise do euro e a frágil recuperação americana. Adicionalmente, o consumo das famílias também desacelera nesse ano (CARLEIAL, 2015, p. 2006)

A desaceleração econômica levou, invariavelmente, redução de expectativas populares, que no petismo foram acionadas pelo crescimento do poder de aquisição. Apesar de, naquele momento, a taxa de desemprego não ter se movido negativamente (ao contrário), já se fazia anos que os novíssimos empregos formais (e precários) existiam sem sinal de mudança do polo dinâmico para outras faixas salariais. A cidadania do consumo, enfim, desacoplada de uma efetiva melhoria de vida nas cidades (via moradia, serviços públicos e salários indiretos) também foi um dos centros do descontentamento na base do que Braga (2017, p. 102) chamou de “consentimento passivo” da hegemonia petista. "O controle sindical da insatisfação das bases trabalhistas com baixos salários, com a deterioração das condições de trabalho e com o aumento do endividamento das famílias trabalhadores tornou-se mais problemático" (BRAGA, 2017, p. 103).

Fora isso, analistas como Safatle (2017, p. 85) chamam atenção para o fato de, a proposta de (precária) mobilidade social do período petista não acompanhou uma verdadeira transformação da institucionalidade política brasileira. Ao não proliferar mecanismos de democracia de direta e participação política mais efetivos da sociedade civil, o petismo conservou estruturas e práticas políticas tradicionais e oligárquicas sob a imagem de um avanço paulatino e tributário da dita “governabilidade”. Em sentido semelhante, Dagnino (2016) chama atenção para uma paradoxal desvalorização da democracia participativa, abrindo espaço os movimentos e setores populares recorrerem a protestos e ações diretas.

Chegando em 2013, por trás da alta popularidade, uma pradaria pronta a incendiar. Já no início de 2011 os primeiros focos já se tornaram visíveis para quem os quisessem ver. A construção civil foi alvo de forte ativismo trabalhista (BRAGA, 2012, p. 267). No coração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos carros-chefes do petismo, estouraram

revoltas operárias que escaparam das rédeas do sindicalismo oficial. Nas construções de usinas hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, dezenas de milhares de operários pararam os trabalhos e destruíram “alojamentos, escritórios, ônibus, pontos comerciais e outros prédios e equipamentos” (VÉRAS, 2014, p. 118), sem intermediação ou participação das direções sindicais governistas. A resposta do governo, como em 2013, foi forte e sanguinária repressão, com relatos de tortura, mortos e desaparecidos.

Em 2012, em pleno pacote de cortes orçamentários do primeiro governo Dilma, uma enorme greve dos servidores públicos federais unificou diversas carreiras e realizou protestos e ocupações na capital do país. As universidades federais, em sua grande maioria e com forte presença de direções da oposição de esquerda do PT (como a ANDES), pararam por mais de um mês. A resposta do governo foi atendimento parcial e parcelado das reivindicações, além de corte de ponto de muitos servidores. No mesmo ano, no berço do Novo Sindicalismo, o ABC paulista, centenas de milhares de operários fizeram enormes paralisações, mesmo conquistando aumento real no ano anterior.

A pesquisa de Tavares, Roriz e Oliveira (2016) ainda destaca que, antes das Jornadas de Junho de 2013 que eclodiram no sudeste, houve as Jornadas de Maio no Goiás, com repertório de ações e pauta política semelhantes àquelas.

Voltando ao sindicalismo, um dos principais indicadores (e dos poucos organizados) para analisar o vigor do ativismo sindical são as greves. E, segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE (2015), em 2012 já se via um crescimento considerável de movimentos paredistas: atingiu-se o maior patamar dos anos 2000 e dos nascentes 2010. Mas foi 2013 que atingira um patamar impressionante. Apesar de mais curtas que no ano anterior, foram 2050 greves, o que representa mais de 2 milhões de trabalhadores mobilizados. Importantes e tradicionais categorias nacionais, como os bancários, petroleiros e carteiros, tiveram movimentos paredistas nesse ano. Sem contar as locais e regiões também fortes, como a dos professores do município e Estado do Rio de Janeiro, que precisou da mediação do STF para seu fim.

Em quantidade e em horas paradas, esse ano está no mesmo patamar que a virada dos anos 1980 para 1990, reconhecido pela literatura como o ressurgimento do sindicalismo brasileiro pós-ditadura militar. É possível, com esses dados, supor a saída do período de normalização das greves, iniciado em 1992, segundo Noronha (2009), e o advento de uma “fase de iniciação” da agitação trabalhista, segundo Silver (2005, p. 84).

A utilização desse repertório teve um crescimento vertiginoso e se tornou mais cotidiano. O aumento absoluto e relativo da greve por advertência (com tempo determinado, e visando avançar nas negociações coletivas) entre os anos de 2012 e 2013 foi muito expressiva, segundo o DIEESE. As greves de protesto, “políticas”, também aumentaram em 2013 se comparado aos anos precedentes.

A maioria das greves foi resolvida através de negociações com a empresa, e cerca de 30% tiveram intervenção/participação da Justiça, porcentagem menor que dos anos anteriores. Essa menor interferência do judiciário na resolução dos conflitos entre capital-trabalho, segundo Cardoso (2015, p. 501), representa uma mobilização constante de ambos os lados do conflito, mesmo que menos visíveis que protestos de rua e greves mais políticas.

Mesmo sendo as greves de 2013 mais defensivas, simbolizando já um esgotamento da conjuntura econômica geral, tais ocorreram em contexto de ainda aumentos reais de salários e a maioria alcançou êxito. 86% dos reajustes levantados pelo DIEESE foram acima da inflação naquele ano - que já estava estabilizada próxima ao teto da meta. Os aumentos reais se tornaram majoritários na pesquisa do DIEESE a partir de 2004, quando se quebra uma tendência dos anos 1990, de data-bases mais duras e sem resultados financeiros. Certamente, junto com um maior ativismo trabalhista, um dos principais fatores para tais ganhos está na queda contínua do exército industrial de reserva² nos anos 2000 e início dos anos 2010, notada pela taxa de desemprego tradicional ou pela pesquisa de Granato Neto e Germer (2013).

As mudanças e limitações metodológicas nos relatórios do DIEESE impossibilitam, no entanto, de ver como as greves articularam repertórios de protesto-confronto e outras mais negociais e institucionalizadas. No mesmo sentido, fica difícil comprovar o quanto os protestos alimentaram a força das greves e negociações, que iniciaram 2013 com piores resultados e depois foi melhorando.

Todavia, podemos arriscar algumas interpretações. Em primeiro lugar, houve um claro efeito de contágio (político, moral e estético) entre o movimento sindical e as ruas, com difícil definição de relação causal. As manifestações foram largamente noticiados e depois até estimuladas, gerando efeitos de emulação, proliferação de indignação e ânimo. Em alguns casos,

² Para Marx, a superpopulação relativa, ou o chamado “exército industrial de reserva”, é o pivô sobre o qual gira a lei de oferta e demanda do trabalho (BRUNHOFF, 1991, p. 49). Sua existência tende a baixar os salários reais praticados entre os inseridos no mercado de trabalho, ampliar a concorrência entre os trabalhadores e reduzir a capacidade de resposta no nível sindical. Essa realidade é fortemente demonstrada em períodos de crises capitalistas. Kalecki foi um economista que desenvolveu sobre o efeito disciplinador do desemprego e seu impacto no poder de barganha dos trabalhadores (SUMMA, 2014).

como a greve dos professores do Rio, as manifestações e as greves se "concatenaram" (BRINGEL; PLEYERS, 2015) em demonstrações públicas em comum, como a atuação de manifestantes adeptos da tática *black bloc* no ato da greve no Dia do Professor.

Para Linhares (2015, p. 110), as ruas e a proximidade com os megaeventos foram fatores excepcionais para as negociações de várias categorias, sendo assim motivos importantes para o adensamento de movimentos paredistas e sindicais no geral.

Outro fato que comprova essa relação foi as centrais sindicais, na imensa maioria base governo federal, terem se posicionado rapidamente frente aos levantes, marcando um dia de paralisação nacional. Cardoso (2015, p. 499) comenta as distâncias e aproximações das manifestações e da paralisação, concordando com uma relação complexa:

No dia 11 de julho de 2013, uma quinta-feira normal de trabalho, o sindicalismo e outros movimentos sociais levaram mais de 100 mil pessoas às ruas em mais de 100 cidades do país, pedindo redução de jornada de trabalho e fim do fator previdenciário, dentre outros temas menos relevantes. São números expressivos, embora eclipsados pelas "jornadas de junho", que tinham levado às ruas um milhão de pessoas um mês antes. Mas, medir o fracasso de um movimento pelo sucesso do outro não é adequado. A pauta sindical não era a pauta dos manifestantes de junho. E, ao contrário do que quis a cobertura da grande imprensa, não era uma pauta "antiga", "velhusca", porque vinculada ao mundo do trabalho assalariado, portanto coisa do século passado, enquanto o "novo" seria a celebração da democracia direta, etc. [...] Eles foram às ruas para tentar colocar temas sindicais na pauta dos protestos.

Também, o dia 11 de julho não foi o único dia de paralisação nacional convocado pelas centrais em 2013. Houve também o dia 30 de agosto, com pauta semelhante e incluindo manifestações de rua. Mas as diferenças ainda eram grandes entre ruas e o movimento sindical. De convocatórias descentralizadas e via mídias sociais, para uma convocação estruturada e deliberada em instâncias organizadas. De pautas difusas e sem interlocutor central, para demandas estruturadas, propositivas e destinadas ao Congresso Nacional e ao Governo Federal - como propostas de leis trabalhistas e previdenciárias. Ainda para Cardoso (2015, p. 500) "O movimento sindical não negou o Congresso ou a política, como boa parte dos movimentos de junho. Ao contrário, interpelou o mundo da política institucional, visando interferir no conteúdo de sua pauta de prioridades".

As ruas e o movimento sindical vivenciaram várias situações de atritos no período, como é sabido. A nossa ver, as direções sindicais não só buscavam integrar/capitalizar o levante de massas, como aponta Cardoso, mas também blindar o governo (que a maioria das centrais

elegeu) dos riscos de descontrole maior. Essa ambiguidade também nos parece crível perante a onda grevista: experiências de simplesmente ignorar as demandas da base tiveram resultados trágicos para os representantes legais (como nas revoltas operárias citadas), ou abriria espaço para outras centrais e grupos nascentes (GALVÃO, 2014), como a CONLUTAS e as Intersindicais, por isso era preciso atuar no movimento, mas com claros limites. Importante lembrar que ainda em 2014, diversas e poderosas greves se deram fora e contra os sindicatos, como dos garis e rodoviários no Rio, em meio a também grandes manifestações contra a Copa do Mundo, com muitos "descendentes de 2013".

Quem vê essa ambiguidade é Braga (2017, p. 104): "a fim de não se deslegitimarem junto aos trabalhadores, os sindicalistas precisaram se equilibrar entre a manutenção dos canais de negociação abertos pelo petismo e as respostas ao aumento do apetite grevista por parte de suas próprias bases". Algo semelhante ao que Galvão (2014, p. 111), por outras vias, define como sindicalismo de parceria:

O sindicalismo de parceria faz críticas aos governos petistas, mas procura moderá-las; apresenta demandas políticas, mas procura compatibilizá-las com os interesses patronais; defende os direitos dos trabalhadores, mas não se furta a negociá-los ou a aceitar direitos diferenciados conforme as especificidades do setor econômico ou da empresa; fala em nome de uma cidadania "ampliada", mas diante das dificuldades de se assegurar direitos universais por intermédio da legislação, contenta-se com uma cidadania limitada à inclusão pelo consumo.

Por fim, essa complexa relação entre as ruas, as greves e os gabinetes em 2013, entre manifestantes, bases de trabalhadores e direções sindicais, nos impede, no limite, de compartilhar a recente tese de Marcelino (2017) de que a retomada das greves no período são manifestações de apoio aos governos petistas. Vimos que os limites do legado petismo para as classes trabalhadoras brasileiras, a agenda das ruas e as greves, mesmo que minoritárias, não lideradas por direções se articulam na constituição de um confronto frente ao petismo, no qual as direções tiveram que adentrar, sobretudo como forma de contenção. Caso as bases vissem os governos do PT como "facilitadores" da luta, como parte significativa das direções sindicais os viam, certamente não se acionaria repertórios mais radicais, como greves, inclusive políticas, e logo em períodos de protestos que desarticularam o apoio popular do governo. Isso inclusive explica o não chamado oficial de uma Greve Geral - que por outras vias acontecia com enormes paralisações de centros urbanos, sem os sindicatos.

Apontamentos finais

Em 2013, as greves explodiram, as bases e direções se movimentaram, os resultados demonstraram uma força significativa em um contexto excepcional em vários aspectos. Enquanto todos os olhos se voltavam para as ruas, os locais de trabalho foram intensos espaços de disputas, que se articulavam ao contexto mais geral, mas mantiveram suas zonas de não contato, inclusive e sobretudo através das direções sindicais atreladas ao petismo.

Diante dos levantes, o sindicalismo buscou, em última instância, reforçar traços de uma cultura política brasileira já consolidada, apostando, mesmo com elevação exponencial das greves e manifestações de rua, menos em dinâmicas de confronto direto, mais ou menos ilegais, em oposição ao que foi visto nos protestos de rua. Aposta no reforço da institucionalização. Já, no geral, "o ciclo de protestos de rua interpelou os ganhos realizados por gerações sucessivas de militantes que apostaram na chave das reformas por dentro do estado e através das regras do jogo democrático" (TATAGIBA, 2014, p. 58). O apego (material e simbólico) sindical ao arranjo do petismo parece ser um elemento determinante e limitador para uma integração mais direta aos levantes, ao menos os que traziam pautas com maior proximidade política-ideológica ao movimento. A tensão entre dinâmicas de protesto e o ativismo trabalhista mais tradicional levou, inclusive, momentos de oposição entre ambos, só ver os casos de expulsões de sindicatos das ruas e a decaída dos indicadores de confiança da quase totalidade de instituições brasileiras, que também colocou os sindicatos "no mesmo saco" de tudo aquilo que a revolta via como "errado" (CARDOSO, 2015, p. 507). O avesso do que o sindicalismo pretendia ao se institucionalizar e abrandar sua prática e discurso. Astúcias da história.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. The Dilemmas of the New Unionism in Brazil: Breaks and Continuities. *Latin American Perspectives*, v. 41, p. 10-21, 2014.
- _____.; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Cad. CRH*, Salvador, v. 28, n.75, p. 511-527, dez. 2015.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- BOITO JUNIOR, Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ramalho. (Orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 319-333.

_____. O legado dos governos do PT. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Orgs). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____.; GALVÃO, Andreia ; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. *Observatório Social de América Latina*, v. 1, p. 35-55, 2009.

_____. La nouvelle phase du syndicalisme brésilien. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, v. 80, p. 145-164, 2015.

BOITO JUNIOR, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH*, Salvador, n.59, p. 323-338, 2010.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 103, p. 25-52, maio, 2014.

_____.; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, p. 1-16, 2015.

BRASIL. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização*, 2015. Brasília: IBGE, 2017.

_____. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* 2017. Brasília: IBGE, 2017.

_____. Ministério do Trabalho. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados* 2017. Brasília: CAGED/MT, 2017.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad: Democracia e Política en América Latina*, vol. especial, nov. 2015.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, p. 493-510, 2015.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estud. av.*, São Paulo , v. 29, n. 85, p. 201-214, Dec. 2015 .

CHAISSON, Gary. *The Unions' Response to Globalization*. Nova York: Springer, 2014.

DAGNINO, Evelina. State-Society Relations and the Dilemmas of the New Developmentalist State. *IDS Bulletin*, v. 47, n. 2A, dez. 2016.

_____.; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves Teixeira. The Participation of Civil Society in Lula's Governmen. *Journal of Politics in Latin America*, 6, 3, p. 39-66, 2014.

DIEESE. *Balanço das greves em 2013*. Brasília: DIEESE, 2015.

_____. *Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2016*. n. 84. Brasília: DIEESE, 2017.

FRYMORGEN, Tomasz. The Rise of the Unorganizable. *Jacobin Magazine*, online, 2016. Disponível em: <<https://www.jacobinmag.com/2016/09/the-rise-of-the-unorganizable/>>.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 38, p. 103-117, 2014.

GRANATO NETO, Nelson Nei ; GERMER, Claus Magno. A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva. *Revista Ciências do Trabalho*, v. 1, p. 1-181, 2013.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINHARES, Rodrigo. As greves de 2011 a 2013. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 5, p. 97-112, 2015.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, p. 201-227, 2017.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estud. av.*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 69-85, dez. 2015.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, mar. 2015.

NESS, Immanuel. *Southern Insurgency: the Coming of the Global Working Class*. Londres: Pluto Press, 2016.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Jacome. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais novas dimensões da participação política no ABC Paulista. *Cad. CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 339-351, ago. 2010.
- REN, Hao; LI, Zhongjin; FRIEDMAN, Eli. *China on Strike: Narratives of Workers' Resistance*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013.
- SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três estrelas, 2017.
- SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. *Soc. estado.*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 541-564, 2013.
- SOARES, José Luiz. O que terá acontecido ao sindicalismo bancário no Brasil (2003-2014)? *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 497-524, ago. 2016.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- SUMMA, Ricardo. *Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil*. Texto para discussão - 13. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, 2014, p. 35-62.
- TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 22, n. 1, p. 140-166, jun. 2016.
- VANDENBERGHE, Frédéric. Globalização e individualização na modernidade tardia. Uma introdução teórica à sociologia da juventude. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 19, p. 292-343, 2014.
- VÉRAS, Roberto. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra v. 103, 2014, p. 111-136.
- _____. *Current Challenges to Workers and Unions in Brazil*. Los Angeles: IRLE/UCLA, 2016 (Report).
- ZAPATA, Francisco. *¿Crisis en el sindicalismo em América Latina?* Working Paper, 302, University of Notre Dame, 2003.
- _____. O sindicalismo na América Latina: crise e futuro. *Caderno CRH*, n. 14, p. 97-107, 1991.